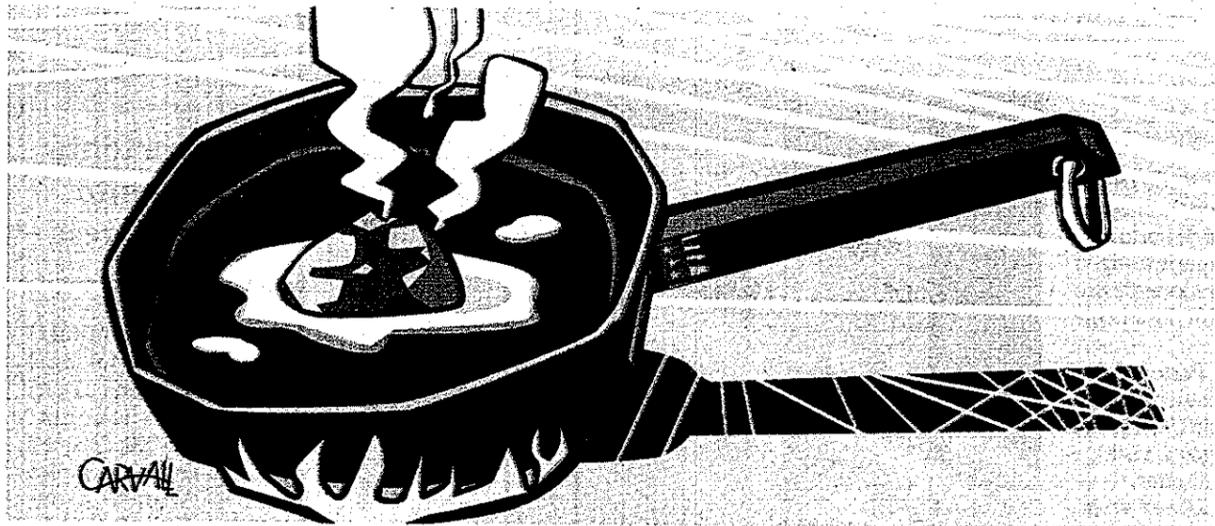


**TENDÊNCIAS/DEBATES**

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo  
 E-mail: debates@uol.com.br

**Sairão da Rio+10 propostas concretas?**



**SIM**

**Mas nem tudo serão rosas**

JOSÉ GOLDEMBERG

**A** PESAR DA atmosfera geral de desânimo em relação à conferência de Johannesburgo, que marca o décimo aniversário da conferência do Rio, em 1992, há motivos para crer que algo de bom resultará dela.

É evidente que a conferência foi muito mal preparada e muitos ambientalistas têm razão quando argumentam que o proposto "Plano de Ação", que deverá ser adotado pelos delegados ou representantes de 173 países do mundo, foi escrito numa linguagem denominada "UN-ese", em que todas as frases têm qualificações tão complexas que se tornam praticamente ininteligíveis.

Por trás dessa linguagem se esconde o problema fundamental da conferência: muitos países ricos, principalmente os Estados Unidos, tentam evitar compromissos concretos. E as nações pobres, sobretudo da África, anseiam por ajuda e se recusam a aceitar qualquer responsabilidade pelos problemas que afetam hoje a sustentabilidade do planeta.

O secretariado da conferência contribuiu muito para a decepção vigente, não imprimindo nenhuma liderança ao processo. Na Rio 92, o carismático secretário-geral Maurice Strong não só ouviu a todos, como liderou o processo preparatório. O atual secretário-geral, o indiano Nitin Desai, não tem o mesmo carisma. Mais ainda, desmobiliza os participantes, ao fazer sistematicamente o "jogo do contente", minimizando as divergências.

Em recente entrevista em Nova York, Desai declarou que 75% do plano de

ação obteve aprovação unânime e que o restante seria decidido em Johannesburgo. O que ele não disse é que nos 25% restantes estavam todos os pontos em que há desacordo.

O que foi acordado naqueles 75% consensuais são declarações vagas e exortações gerais para aumento da ajuda aos países pobres, defesa dos povos indígenas etc. Nenhuma meta concreta, compulsória, foi inserida nesse calendário garantindo que elas seriam cumpridas, o que sinaliza que se deseja uma conferência de chefes de Estado, como foi a conferência de Kyoto.

Parte importante do problema é a ausência real dos Estados Unidos nas negociações, para as quais enviam delegados de segundo ou terceiro escalão. É bastante evidente que a política oficial desse país — que é o mais rico e o que mais contribui para os problemas ambientais de hoje — não deseja mais se engajar em compromissos internacionais. Nem sobre crimes de guerra, nem sobre proteção ambiental, nem sobre desenvolvimento sustentável.

Diante dessa situação proliferaram propostas de ações bilaterais e voluntárias entre os países ricos e seus clientes tradicionais, chamadas de iniciativas Tipo 2. Para sua adoção, a conferência de Johannesburgo não é necessária e, se esta se restringir àquelas, estará condenada ao fracasso.

Donde, portanto, extrair otimismo? Paradoxalmente, talvez do Brasil, que em 1992 teve um papel importante e que, um pouco tardiamente, está assumindo um papel de liderança em 2002.

Afinal, foi nosso país quem lançou a Iniciativa Brasileira de Energia, preparada na Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, que propõe que 10% da matriz energética mundial seja obtida por meio de energia renovável até 2010.

Hoje essa participação é inferior a 5%, exceto em países como a Suécia e o próprio Brasil. Se adotada, a proposta brasileira resolveria o impasse da ratificação do Protocolo de Kyoto e permitiria reduzir os problemas de poluição local é regional, como o da nuvem de particulados que recobre o Sudeste da Ásia e tem origem na queima de petróleo e carvão pela China e pela Índia. Energias renováveis, como a eólica, fotovoltaica, usinas hidrelétricas e biomassa (principalmente cana-de-açúcar e álcool), são na realidade a onda do futuro.

Além disso, a conferência de Johannesburgo estimula governos a adotarem medidas locais para melhorar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável. Exemplo disso é a criação, pelo presidente da República, do Parque Nacional das Montanhas de Tumucumaque, no Amapá. E os programas de produção mais limpa que a Fiesp está estimulando.

Nem tudo serão rosas em Johannesburgo, mas, sim, ainda há esperança.

José Goldemberg, 74, professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, primeiro ocupante da cátedra Joaquim Nabuco na Universidade de Stanford (EUA), é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Foi reitor da USP (1986-89), secretário da Ciência e Tecnologia e ministro da Educação (governo Collor).

**NÃO**

**Em jogo o futuro do planeta**

MARCELO FURTADO

**R**ECENTES relatórios de agências da ONU e de outros grupos apontam cenários catastróficos de aumento da desigualdade entre países como resultado de um processo de globalização econômica injusto e sem regulamentação.

Fome, falta de água, falta de acesso à energia, nuvens de poluição cobrindo um continente inteiro, seca de um lado e enchentes de outro. A escala e a velocidade da deterioração ambiental têm sérios impactos sociais e não temos tempo a perder. Os governos presentes na Rio+10 terão muita dificuldade para justificar à opinião pública sua incapacidade de reverter essa realidade. Mas a resposta pode ser até simples: faltou vontade política e recursos. Portanto talvez esteja chegando a hora de procurar outro planeta para viver, pois a Terra está com seu futuro comprometido.

Durante todo o processo de negociação, os governos têm demonstrado uma extraordinária relutância em lidar de maneira séria com o tema "pobreza e meio ambiente" no âmbito global. Alguns países estão, inclusive, tentando reverter conquistas obtidas na Rio 92, como o princípio da responsabilidade comum mas diferenciada, que afirma que todos têm que mudar suas práticas insustentáveis, mas os países ricos, que causaram maiores danos ao meio ambiente nas últimas décadas, devem mudar mas rápido e financiar o processo global para mudar esse cenário.

O princípio da precaução, que visa prevenir ações que ameacem a saúde e o meio ambiente, também tem sido deixado de lado. E, principalmente, alguns países estão se eximindo de disponibilizar recursos para que os países em desenvolvimento possam lidar com seus problemas ambientais e sociais, como

acordado no Rio. Uma minoria de países ricos está fazendo do resto do mundo seus reféns. É preciso que a maioria demonstre coragem e compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Um bom exemplo é o debate sobre "energia limpa para todos". Energia é uma necessidade central para a atividade humana. O acesso à energia limpa é um pré-requisito para o desenvolvimento e para a redução da pobreza, e beneficia a saúde, a educação e a justiça. Portanto, seja pela questão econômica, social ou ambiental, a sustentabilidade só poderá ser atingida através de fontes renováveis de energia.

A questão da responsabilidade corporativa, um assunto atual e imprescindível para o desenvolvimento sustentável, também corre o risco de ser tratada levemente na Rio+10. Áreas contaminadas, como em Santo André, São Paulo e Paulínia, demonstram a necessidade de maior responsabilidade, controle e acompanhamento da atividade corporativa.

Um instrumento internacional de responsabilidade corporativa deve incorporar compensação e restituição de danos, direito à informação, respeito aos direitos humanos das comunidades e dos trabalhadores, entre outros. A resistência das empresas e governos a tal instrumento contribuirá apenas para o aumento da desconfiança do público em relação ao controle corporativo sobre os governos e a seriedade das empresas em suas iniciativas sociais e ambientais.

O Brasil e outros países comprometidos com o sucesso da reunião de Johannesburgo têm uma difícil tarefa a ser cumprida: criar um ambiente favorável para novas negociações. A questão que

fica é se os próximos 11 dias serão suficientes para resolver questões complexas como novas fontes de recursos, subsídios, relação dos acordos globais ambientais e sociais e as normas da OMC (Organização Mundial de Comércio).

Na verdade, a reunião de Johannesburgo poderá se tornar mais uma continuação da reunião da OMC em Doha, no ano passado, do que um seguimento da Rio 92. Em casa, o governo brasileiro deve ratificar os compromissos internacionais assumidos nas convenções de biodiversidade, biossegurança, poluentes tóxicos e outras.

A cúpula da Terra, em sua versão 2002, terá de responder não só ao desafio da proteção ambiental, como também à necessidade de reduzir a pobreza para garantir um futuro sustentável. A expectativa para a Rio+10 não se limita à discussão de implementação da Agenda 21, acordada na Eco 92, com metas, datas, recursos financeiros bem definidos para proteção das florestas, rios, mares e conservação da qualidade do ar, solo e alimento, entre outros. Mas se deve, especialmente, à possibilidade de mostrar como os governos vão assegurar à sociedade um futuro sustentável.

Quem sabe o fato de os holofotes da mídia global estarem voltados para essa reunião faça com que os chefes de Estado nela presentes cumpram seus compromissos com milhares de pessoas que estão sofrendo, neste momento, sem energia limpa, sem água, sem saneamento, pela falta de consideração dos governos por suas vidas e pelo futuro das gerações por vir.

Marcelo Furtado, 38, engenheiro químico, é coordenador da Campanha de Substâncias Tóxicas para a América Latina do Greenpeace e representante da ONG na Rio+10.